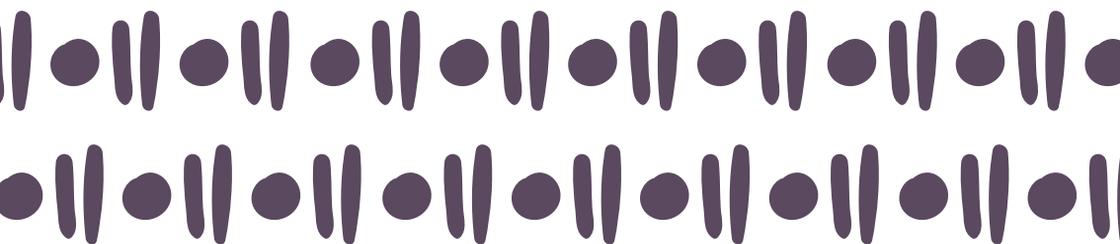


A importância das agricultoras
familiares na execução
do Programa Nacional de
Alimentação Escolar (PNAE)





ÍNDICE

PNAE e agricultura familiar ... 3

O empoderamento feminino a partir do acesso ao PNAE 5

A importância da atuação das mulheres para o desenvolvimento rural 11

E agora, quais os próximos passos?..... 12



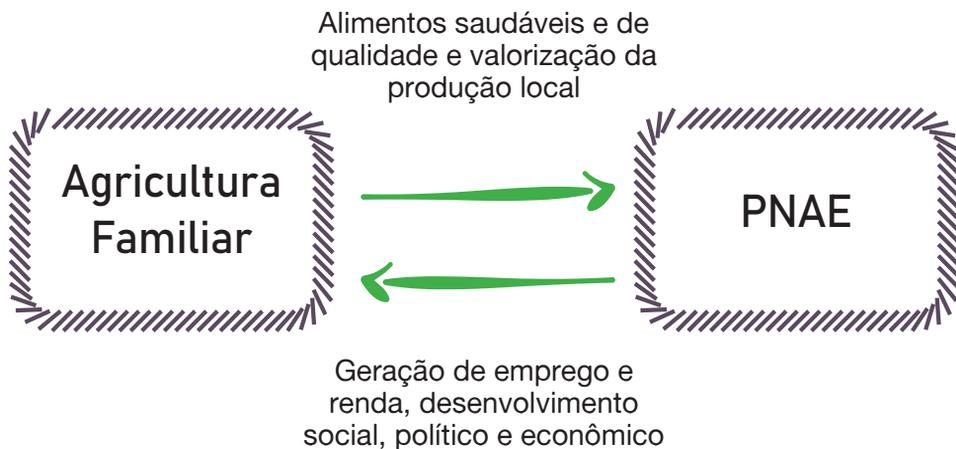
PNAE e agricultura familiar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública criada para garantir a alimentação saudável aos estudantes das escolas públicas de todo o Brasil. O Governo Federal envia aos estados e municípios recursos financeiros para aquisição de alimentos que serão servidos nas refeições das escolas públicas.

A Lei que regulamenta o PNAE - Lei nº 11.947/2009 - colocou como obrigatória a compra de, pelo menos, **30%** do dinheiro recebido com produtos que venham da agricultura familiar. Assim, se um município receber R\$100.000,00 (cem mil reais) do Governo Federal para comprar a merenda escolar, pelo menos R\$30.000,00 (trinta mil reais) precisa ser comprado da agricultura familiar.

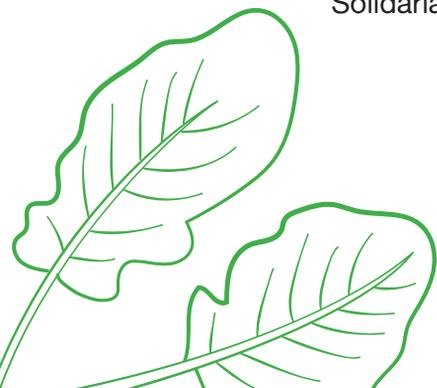
A comercialização dos produtos pode ser através das agricultoras e agricultores familiares individuais ou por meio de suas organizações coletivas, grupos informais, associações e cooperativas. O limite individual de venda por agricultora ou agricultor é **até R\$20.000,00 (vinte mil reais) DAP/Ano por entidade executora.**

O PNAE é uma política que pode **beneficiar** muitas pessoas, os consumidores, produtores e as comunidades. Os alunos consomem alimentos mais saudáveis e a agricultura familiar, como um todo, é incentivada econômica e socialmente, contribuindo com a promoção do **desenvolvimento rural.**



O PNAE é uma política pública muito importante de fortalecimento da agricultura familiar. E, principalmente, também com relação à participação e envolvimento das mulheres rurais. A gente vem conseguindo fomentar e incentivar que as mulheres participem do programa, seja produtos como legumes, verduras, e também com relação a panificação.

Adriana, agricultora familiar e membro do Conselho de Administração Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF) de Muriaé/MG.





O empoderamento feminino a partir do acesso ao PNAE

O PNAE se materializa por meio de contratos que podem durar um semestre ou um ano letivo (de fevereiro a dezembro). Esses contratos garantem para as Prefeituras e escolas que os alimentos chegarão em tempo hábil para fornecer as merendas, mas também garantem renda às agricultoras e agricultores familiares.

Ter esse espaço garantido para comercialização é um dos maiores atrativos da política pública, que motiva muitas famílias a acessarem o Programa para obter uma nova fonte de renda. Nesse sentido, também as mulheres agricultoras devem ser incentivadas a acessar o PNAE para obter recursos financeiros que são importantes para desenvolver diversas áreas da vida pessoal.

Com a geração de renda tem como resultado a questão da **autonomia das mulheres**. Esse recurso da entrega do produto, as mulheres têm autonomia sobre ele, seja para esse recurso estar de fato, contribuindo ali nas despesas da casa, da propriedade, mas também pro **bem próprio da mulher**. Então assim, é uma autonomia que esse acesso ao PNAE também vem possibilitando.



Adriana, agricultora familiar e membro do Conselho de Administração Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF) de Muriaé/MG.



Fotos disponibilizadas pelo Acervo do CTA-ZM.



Alguns exemplos de melhorias alcançadas nas famílias com a participação das mulheres no PNAE, segundo relatos de agricultoras de Viçosa/MG¹, Acaiaca/MG² e Muriaé/MG³, foram:

- 1** incremento na renda das famílias, com os recursos recebidos pelo fornecimento de alimentos ao PNAE;
- 2** melhoria no acesso a serviços de saúde para toda família;
- 3** aquisição de veículos próprios para entregar a produção e, também para promover o lazer da família (passeios e viagens);
- 4** investimento na educação dos filhos, sendo possível contribuir ou arcar com todas as despesas educacionais; e
- 5** conquista da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), fomentando sua independência e autonomia, por não depender de terceiros ou transporte público para se locomoverem quando precisa.

1 Estudo realizado por Thaís Lopes Barbosa, em 2017, pela Universidade Federal de Viçosa.

2 Ângela, presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar de Acaiaca (COOAPRA), de Acaiaca/MG.

3 Adriana, agricultora familiar e membro do Conselho de Administração Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar Solidária (COOPAF) de Muriaé/MG.

O PNAE é um programa que nos ajuda demais dentro do município de Acaiaca, ajuda muito as mulheres, as agricultoras. Para as mulheres é importante para a autoestima ter o próprio dinheiro.

Angela, presidente da Cooperativa Da Agricultura Familiar Solidária De Acaiaca - Coopra.

Percebe-se que o dinheiro recebido pela venda dos alimentos não é um fim, mas sim um meio, **uma forma de desenvolver e promover a autonomia e independência das mulheres**. Mas, os benefícios do empoderamento feminino, por meio do PNAE, não se limita aos aspectos financeiros e econômicos.



Foto disponibilizada pelo Acervo do CTA-ZM.



Se pensarmos na dimensão social e política, as vantagens das mulheres em acessar o PNAE são principalmente com relação à sua representatividade e participação em espaços que antes eram predominantemente masculinos, com direito a poder de decisão. Podemos identificar o avanço da comercialização para o PNAE por intermédio das mulheres, seja negociando individualmente ou participando e ajudando a tomar decisões nas cooperativas e associações.

O que temos visto são mulheres que buscam ser **centrais nos processos de produção e de venda dos alimentos produzidos**, seja individualmente ou assumindo cargos importantes dentro de organizações, atuando como conselheiras e presidentes de cooperativas e associações.



Foto disponibilizada pelo Acervo do CTA-ZM.



E isso tem contribuído de forma grandiosa para o fortalecimento também da agroecologia. Muitas, a maioria delas, tem sua produção agroecológica. Uma questão também importante é que a partir do momento que as mulheres tanto produzem e entregam esses produtos, a gente também vem trabalhando a participação da mulher no processo do cooperativismo, buscando que mais mulheres se filiem às cooperativas.

Adriana, agricultora familiar e membro do Conselho de Administração
Cooperativa dos Produtores e Produtoras da Agricultura Familiar
Solidária (COOPAF) de Muriaé/MG



A importância da atuação das mulheres para o desenvolvimento rural

Devemos sempre destacar que as mulheres assumem posições importantes para garantir o desenvolvimento rural. Na maioria dos casos, além de serem cuidadoras do lar, sendo as responsáveis pela alimentação da família e cuidados com os filhos, muitas agricultoras contribuem com o preparo da terra, plantio, cultivo e colheita dos produtos que são comercializados.

Porém, a maioria das pessoas veem esse trabalho apenas como uma “ajuda” da mulher ao marido, “auxílio quando as coisas estão apertadas” ou “dão uma mãozinha”. Mas, sabemos que, na verdade, as atividades realizadas pelas mulheres agricultoras é um trabalho árduo, que precisa ser valorizado por toda a sociedade.

Os estudos têm apontado que as mulheres são essenciais para a produção e geração de renda na agricultura familiar. Além disso, elas são essenciais para produção destinadas às trocas, doações e autoconsumo, ressaltadas pelas anotações realizadas por centenas de mulheres nas Cadernetas Agroecológicas. Esse projeto é desenvolvido em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e busca mostrar para as agricultoras como elas são importantes para o desenvolvimento rural, pois elas também produzem, vendem, trocam e, preparam as refeições de suas famílias com o que é produzido por elas.

As agricultoras precisam ser valorizadas pelas atividades realizadas e pela sua capacidade produtiva e gerencial não só pelas próprias famílias, mas também precisa de apoio e reconhecimento do Estado.

O acesso a políticas públicas pode melhorar concretamente a vida das mulheres e permitir que haja uma valorização das suas contribuições para a sociedade, ajudando a superar valores e preconceitos ainda existentes, que impedem a sua plena realização como cidadãs. O desenho de políticas públicas precisa levar em conta essas questões se quiser fazer realmente políticas de cidadania como um passo importante da luta pela emancipação humana de homens e mulheres.

(Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão, 2011)



Foto disponibilizada pelo Acervo do CTA-ZM.



E agora, quais os próximos passos?

O acesso da agricultura familiar ao PNAE é um direito garantido por meio de uma **luta** e, a comercialização através das mulheres reforça a sua **importância para o desenvolvimento das atividades rurais e para a composição da renda familiar**. O Estado precisa reconhecer tal fato e desenvolver agendas de valorização do trabalho feminino.

Mas, para além dessas discussões, essa cartilha é um convite para que todas as agricultoras familiares se tornem cada vez mais **protagonistas da sua própria história**. Seja vendendo legumes, verduras, frutas, rosquinhas ou biscoitos, busque mais informações sobre como acessar o PNAE. **Utilize esse mercado como uma forma de diversificar a sua renda, promover sua autonomia, contribuir com o desenvolvimento rural sustentável e, ainda, ofertar alimentos de qualidade para crianças, adolescentes e adultos**.

A sua participação no PNAE trará benefícios econômicos, sociais e políticos para você e sua família, mas também será importante para garantir que vários alunos da rede pública de ensino tenham acesso a alimentos com qualidade superior aos encontrados em mercados e sacolões. Lembrem-se, vocês são responsáveis pela produção de comida de verdade!

Documentos consultados

BARBOSA, T. L. O PROCESSO DE EMPODERAMENTO DA MULHER RURAL E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): O CASO DE VIÇOSA-MG. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2017.

FNDE. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=9870:pnae-informe-2016-03-manual-pnae-2-edicao>>. Acesso em 04 dez. 2020.

SCARIOT, R. AGRICULTORAS FAMILIARES E SUA INSERÇÃO NO PNAE EM TAPEJARA/RS. Trabalho de conclusão de curso, Tapejara, RS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2017.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segurança Alimentar e Nutricional, v. 1, n.2, pp. 12-32, 2011.



**Autoria e Revisão: Isabela Renó Jorge Moreira e
Joyce Santana Bernardo**

Planejamento gráfico e diagramação: Talita Aquino

